

Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares é acusado pelo Conselho de Redação do jornal "Público" de ter ameaçado a jornalista Maria José Oliveira, de quem "divulgaria, na Internet, dados da vida privada", caso uma notícia fosse publicada.

O Conselho de Redação do "Público" acusa o ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, de ter ameaçado o jornal - e a jornalista Maria José Oliveira - a não publicar uma notícia sobre o caso das "secretas".

Depois da audição de Relvas na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, na terça-feira, Maria José Oliveira questionou o ministro sobre uma série de "incongruências" sobre o seu depoimento.

O número 2 do Governo terá contatado a editora de política do "Público" telefonicamente e, de acordo com o comunicado do Conselho de Redação, "terá dito que, se o jornal publicasse a notícia, enviaria uma queixa à ERC, promoveria um black out de todos os ministros em relação ao 'Público' e divulgaria, na Internet, dados da vida privada da jornalista."

### Conselho de Redação acusa direção de ter falhado

A direção do jornal foi informada da situação, mas, até à data, não tomou qualquer posição - e não publicou a notícia em questão. A editora de política diz que a decisão da não publicação já teria sido tomada antes das alegadas ameaças de Miguel Relvas. A diretora Bárbara Reis, citada pelo comunicado, esclarece que o assunto tem de ser tratado com calma e não "a quente".

O Conselho de Redação acusa a direção do jornal de ter falhado "ao não repudiar imediata e publicamente a inaceitável atitude de pressão daquele que é considerado o número 2 do Governo da República. O 'Público' não pode nunca aceitar, calado, tal tipo de pressões e é lamentável que o tenha feito."

Os elementos do Conselho de Redação - Bruno Prata, Clara Viana, João D'Espiney, João Ramos de Almeida, Luís Francisco, Luís Miguel Queirós, Ricardo Garcia e Rita Siza - dizem que irão "estudar o caso com o advogado do jornal e com o Sindicato dos Jornalistas para definir acções futuras junto das entidades competentes."

Mariana Cabral | Expresso | 18-05-2012